

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	29
--------------------	----

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	49
---	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	50
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	52
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	53
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	54
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2018
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	278.399.525
Preferenciais	278.399.525
Total	556.799.050
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
1	Ativo Total	3.388.542	3.471.254
1.01	Ativo Circulante	336.135	415.659
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	272.859	338.844
1.01.03	Contas a Receber	42.874	44.908
1.01.03.01	Clientes	42.874	44.908
1.01.06	Tributos a Recuperar	8.001	17.381
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	8.001	17.381
1.01.07	Despesas Antecipadas	6.011	7.571
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	6.390	6.955
1.02	Ativo Não Circulante	3.052.407	3.055.595
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	193.641	192.041
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	43.980	41.513
1.02.01.03	Contas a Receber	1.659	1.663
1.02.01.06	Tributos Diferidos	147.986	148.837
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	16	28
1.02.03	Imobilizado	6.594	7.134
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	6.594	7.134
1.02.04	Intangível	2.852.172	2.856.420
1.02.04.01	Intangíveis	2.852.172	2.856.420
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	1.068.532	1.076.459
1.02.04.01.02	Intangível - Infra-estrutura	1.783.640	1.779.961

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2	Passivo Total	3.388.542	3.471.254
2.01	Passivo Circulante	368.543	450.336
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	10.409	8.867
2.01.01.01	Obrigações Sociais	945	1.283
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	9.464	7.584
2.01.02	Fornecedores	131.644	143.793
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	131.644	143.793
2.01.03	Obrigações Fiscais	7.263	17.412
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	3.813	14.109
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	3.450	3.303
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	205.794	260.546
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	97.919	94.237
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	97.919	94.237
2.01.04.02	Debêntures	107.875	166.309
2.01.05	Outras Obrigações	13.433	19.718
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	10.460	4.059
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	10.460	4.059
2.01.05.02	Outros	2.973	15.659
2.01.05.02.04	Direito de Outorga da concessão	869	915
2.01.05.02.05	Outros passivos	2.104	14.744
2.02	Passivo Não Circulante	2.185.590	2.190.311
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.747.044	1.763.589
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	317.759	328.861
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	317.759	328.861
2.02.01.02	Debêntures	1.429.285	1.434.728
2.02.02	Outras Obrigações	401.778	396.327
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	387.725	383.230
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	387.725	383.230
2.02.02.02	Outros	14.053	13.097
2.02.02.02.03	Outros Passivos	14.053	13.097
2.02.04	Provisões	36.768	30.395
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	2.504	735
2.02.04.02	Outras Provisões	34.264	29.660
2.02.04.02.04	Provisão de conserva especial	34.264	29.660
2.03	Patrimônio Líquido	834.409	830.607
2.03.01	Capital Social Realizado	556.799	556.799
2.03.02	Reservas de Capital	195.988	195.988
2.03.04	Reservas de Lucros	81.622	77.820

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	196.824	192.744
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-115.471	-87.557
3.03	Resultado Bruto	81.353	105.187
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-7.355	-5.462
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-7.344	-5.469
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-11	7
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	73.998	99.725
3.06	Resultado Financeiro	-68.455	-72.169
3.06.01	Receitas Financeiras	6.853	9.085
3.06.02	Despesas Financeiras	-75.308	-81.254
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	5.543	27.556
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-1.741	-9.398
3.08.01	Corrente	-890	-3.337
3.08.02	Diferido	-851	-6.061
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	3.802	18.158
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	3.802	18.158
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
4.01	Lucro Líquido do Período	3.802	18.158
4.03	Resultado Abrangente do Período	3.802	18.158

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-15.483	48.539
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	130.695	128.415
6.01.01.01	Lucro do exercício antes do IR e CS	5.543	27.556
6.01.01.02	Depreciação e amortização	44.262	20.448
6.01.01.03	Provisão de conserva especial	10.693	193
6.01.01.04	Juros e variações monetárias, líquidas	70.476	79.970
6.01.01.05	Margem de construção - ICPC01	-394	-452
6.01.01.06	Perda na baixa de imobilizado e intangível	14	700
6.01.01.07	Provisão para contingências	1.769	0
6.01.01.08	Receita diferida	-1.668	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-51.428	10.641
6.01.02.01	Contas a receber	2.037	2.775
6.01.02.02	Tributos a recuperar	9.982	-945
6.01.02.03	Partes relacionadas	-3	0
6.01.02.04	Despesas antecipadas	1.572	1.228
6.01.02.05	Outros ativos	569	4.530
6.01.02.06	Fornecedores	-40.172	5.292
6.01.02.07	Salários e encargos sociais	1.542	1.439
6.01.02.08	Tributos a pagar	-10.015	849
6.01.02.11	Outros passivos	-16.559	-4.527
6.01.02.12	Fornecedores - partes relacionadas	-381	0
6.01.03	Outros	-94.750	-90.517
6.01.03.01	Juros pagos de empréstimos, debêntures e mútuo	-77.763	-75.795
6.01.03.02	Correção monetária pagas de emprést e debêntures	-15.963	-13.582
6.01.03.03	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-1.024	-1.140
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-9.734	-50.745
6.02.01	Aplicações financeiras	0	-10.000
6.02.02	Aquisições de bens do ativo imobilizado	-110	-196
6.02.03	Adições ao intangível	-9.624	-40.549
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-40.768	-39.388
6.03.01	Pagamento de principal de empréstimos e debêntures	-40.768	-29.388
6.03.02	Pagamento de dividendos	0	-10.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-65.985	-41.594
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	338.844	337.399
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	272.859	295.805

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	556.799	195.988	77.820	0	0	830.607
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	556.799	195.988	77.820	0	0	830.607
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	3.802	0	0	3.802
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	3.802	0	0	3.802
5.07	Saldos Finais	556.799	195.988	81.622	0	0	834.409

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	556.799	195.988	22.350	0	0	775.137
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	556.799	195.988	22.350	0	0	775.137
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	18.158	0	0	18.158
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	18.158	0	0	18.158
5.07	Saldos Finais	556.799	195.988	40.508	0	0	793.295

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
7.01	Receitas	211.817	207.226
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-68.108	-61.190
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-68.108	-61.190
7.03	Valor Adicionado Bruto	143.709	146.036
7.04	Retenções	-44.262	-20.449
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-44.262	-20.449
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	99.447	125.587
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	6.845	9.091
7.06.02	Receitas Financeiras	6.853	9.085
7.06.03	Outros	-8	6
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	106.292	134.678
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	106.292	134.678
7.08.01	Pessoal	8.477	8.137
7.08.01.01	Remuneração Direta	6.823	5.969
7.08.01.02	Benefícios	1.236	1.708
7.08.01.03	F.G.T.S.	418	460
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	18.062	26.041
7.08.02.01	Federais	9.457	17.861
7.08.02.02	Estaduais	0	94
7.08.02.03	Municipais	8.605	8.086
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	75.951	82.342
7.08.03.01	Juros	75.306	80.575
7.08.03.02	Aluguéis	643	924
7.08.03.03	Outras	2	843
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	3.802	18.158
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	3.802	18.158

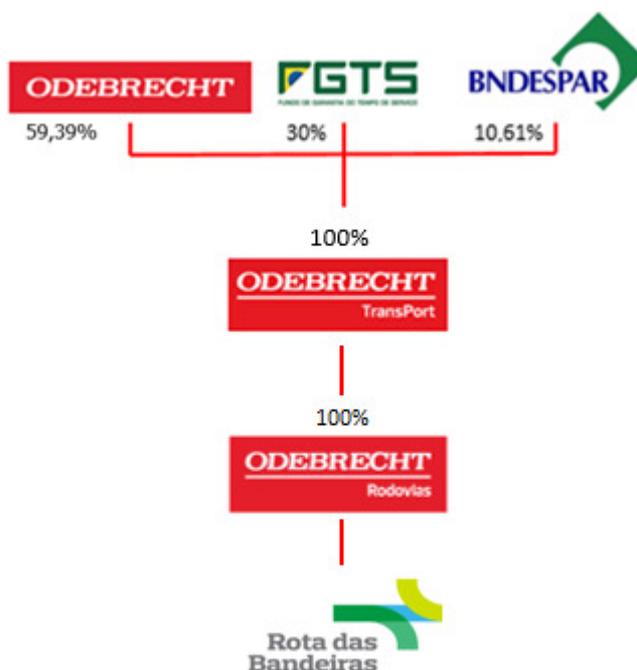
Comentário do Desempenho

Itatiba, 15 de maio de 2018 - É com grande satisfação que a Concessionária Rota das Bandeiras S.A. ("Companhia") submete para apreciação o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis Condensadas (ITR), relativos ao exercício findo em 31 de março de 2018, acompanhados do relatório dos Auditores Independentes.

1. Apresentação

Histórico

A Concessionária Rota das Bandeiras S.A. é controlada diretamente pela Odebrecht Rodovias S.A., conforme organograma abaixo:



A Companhia passou a operar em 02 de abril de 2009, após a celebração do Termo de Contrato de Concessão nº 003/ARTESP/2009, ocorrida junto ao Estado de São Paulo, por intermédio da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (ARTESP) para a exploração da malha rodoviária estadual do Corredor Dom Pedro I.

Comentário do Desempenho

Características do Projeto

O Corredor Dom Pedro I é formado pelas rodovias Dom Pedro I (SP-065), Professor Zeferino Vaz (SP-332), Engenheiro Constâncio Cintra (SP-360), Romildo Prado (SP-063), José Roberto Magalhães Teixeira (SP-083), Acesso Valinhos (SPA-122/065), Acesso Jundiaí (SPA-067/360), Acesso Barão Geraldo (SPA-114/332), prolongamento da SP-083 (Anel Sul de Campinas), via perimetral de Itatiba e SPI-084/066, além de outros segmentos de rodovias transversais, correspondendo a, aproximadamente, 297 quilômetros e 1,5% da malha rodoviária concedida à iniciativa privada no País, conforme dados da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (ABCR).

O Corredor Dom Pedro I integra 17 municípios, atingindo mais de 2,7 milhões de habitantes, e possui interseção com as principais rodovias do Estado de São Paulo, como Presidente Dutra, Carvalho Pinto, Fernão Dias, Anhanguera e Bandeirantes, além de conectar importantes centros como a Região Metropolitana de Campinas (RMC), Jundiaí e o Vale do Paraíba, que apresentam grande desenvolvimento econômico e possuem fortes oportunidades de investimentos.

Características da Região

A RMC apresenta PIB per capita crescente e, aproximadamente 2,5 vezes superior ao do Brasil, além de apresentar uma economia dinâmica e diversificada com forte presença de indústrias de ponta.

Além disso, os municípios no entorno do Corredor Dom Pedro I apresentam diversos incentivos fiscais a fim de atrair investimentos. Os município de Itatiba e Atibaia, por exemplo, oferecem isenção de IPTU, taxas municipais e taxa de licença de funcionamento às empresas que se instalarem ou ampliarem suas instalações nestas cidades.

Um forte atrativo de desenvolvimento para a região é o Aeroporto Internacional de Viracopos, em Campinas. No primeiro trimestre de 2018, o aeroporto de Viracopos transportou 53,7 mil toneladas de cargas e movimentou 2,2 milhões de passageiros.

Comentário do Desempenho

Operação

A Concessionária Rota das Bandeiras atende seus usuários através de 6 Postos de Serviço de Atendimento ao Usuário, 2 Bases Operacionais e 88 câmeras de monitoramento. A Companhia possui 64 profissionais de resgate, 82 operadores de tráfego e 13 operadores no Centro de Controle Operacional (CCO), além de diversos tipos de veículos de apoio. Desta forma, foi possível realizar com agilidade e excelência, em média, 277 atendimentos por dia no ano de 2017.

2. Sumário Executivo

Cenário Macroeconômico¹

A volatilidade e a cautela intensificaram-se nas últimas semanas nos mercados internacionais, com o aumento das tensões comerciais entre EUA e China. Após um longo período de otimismo e ganhos, uma fase de correção nos preços pode ser vista como natural.

Os principais indicadores de alta frequência sinalizam desempenho misto da atividade econômica no início do ano, principalmente em termos dessazonalizados.

No mercado de trabalho, o trimestre finalizado em fevereiro, a taxa de desocupação atingiu 12,6% ante 12,2% no trimestre até janeiro. Para 2018, a retomada econômica deve favorecer a ampliação da ocupação no ano, sustentando a trajetória de ganhos da massa de rendimentos.

A desaceleração do IPCA em março refletiu o avanço menor do grupo Educação, principalmente. Em 12 meses, o indicador acumulou alta de 2,69%. A saída dos efeitos dos reajustes escolares do começo do ano contribuiu fortemente para o resultado do grupo. Para o ano, espera-se alta de 3,7%.

A forte aceleração do IGP -M em março foi influenciada pelo movimento dos preços do atacado. Em 12 meses, o índice acumula alta de 0,20%. Para o ano, espera-se alta de 4,5% para o indicador.

A taxa de câmbio BRL/USD encerrou março em R\$ 3,324/US\$, alta de 2,4% ante fevereiro (R\$ 3,245/US\$). A cotação média subiu 1,1%, de R\$ 3,241/US\$ em fevereiro para R\$ 3,279/US\$ em março. Além da maior aversão ao risco nos mercados externos, a desvalorização do real refletiu o aumento da preocupação com o cenário doméstico.

¹ Fonte: Tendências Consultoria Integrada.

Comentário do Desempenho

Reflexo na Companhia

Sessenta por cento da Receita de Pedágio da Companhia é atrelada ao tráfego dos veículos pesados, o tráfego de veículos pesados em VEQ (Veículos Equivalentes) ficou 5,9% em relação aos 3 meses de 2017 e o tráfego de veículos leves apresentou 1,8% em relação ao mesmo período do ano anterior. A Receita de Pedágio teve um aumento de 7,6% no mesmo período em razão da melhora no tráfego.

A Companhia apresentou um aumento na margem do EBITDA Ajustado em 1,5 p.p., quando comparado ao mesmo período de 2017 (de 81,3% para 82,8%).

Em 31 de março de 2018, a Companhia alcançou um Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) de 1,54x, superior ao limite mínimo exigido de 1,20x. A Companhia apresentou crescimento em sua Geração Operacional de Caixa, atingindo um ICSD bastante confortável.

3. Destaques

- Aumento de 4,1% no tráfego acumulado em 2018 em comparação ao mesmo período do ano anterior, em VEQ (Veículos Equivalentes). O resultado deveu-se principalmente ao aumento de tráfego de veículos pesados em 5,9%, e pelo aumento no tráfego de veículos leves de 1,8% no mesmo período. A Receita de Pedágio teve um aumento de 7,6% no mesmo período;
- Aumento de 8,7% no EBTIDA ajustado no 1º trimestre, se encerra o trimestre com margem de 82,8% (81,3% no 1T17), valor de R\$ 130.338.

4. Desempenho Econômico Financeiro

As informações a serem apresentadas estão expressas em milhares de reais (ou em unidades específicas, quando destacadas) e as devidas comparações são referentes ao 1T18 e ao 1T17.

Comentário do Desempenho

Tráfego

Tráfego	Categoria	milhares		
		1T18	1T17	Var. %
Pesado		12.604	11.903	5,9%
<i>% Veic. Eq. Totais</i>		57,7%	56,7%	1 p.p.
Leve		9.242	9.081	1,8%
<i>% Veic. Eq. Totais</i>		42,3%	43,3%	-1 p.p.
Total Veq.¹		21.846	20.985	4,1%
Tarifa média²		7,55	7,30	3,4%

¹ Veículos equivalentes ("VEQ") é uma unidade de medida de volume de tráfego pedagiado (número de veículos multiplicado pelo número de eixos pagantes);

² A tarifa média é calculada pelo total de Receita de Pedágio dividido pelo total de VEQ.

No exercício findo em 31 de março de 2018, o tráfego pedagiado alcançou um total de 21.846 mil em VEQ, apresentando aumento de 4,1% ante ao mesmo período do exercício anterior. O resultado foi influenciado pelo aumento do tráfego de veículos pesados, que sofreu um aumento de 5,9% em VEQ.

Receita Bruta

Descrição	Em milhares de reais		
	1T18	1T17	Var. %
Receita bruta de serviços	211.817	207.225	2,2%
Receitas de pedágio	164.903	153.197	7,6%
<i>% Receita Totais</i>	83,8%	79,5%	4,3 p.p.
Receitas acessórias e outras	7.537	8.773	-14,1%
<i>% Receita Totais</i>	3,8%	4,6%	-0,7 p.p.
Receita de construção	39.377	45.254	-13,0%
<i>% Receita Totais</i>	20,0%	23,5%	-3,5 p.p.
Impostos e contribuições sobre serviço	- 14.993	- 14.482	3,5%
<i>% Receita Totais</i>	-7,6%	-7,5%	-0,1 p.p.
Receita líquida de serviços	196.824	192.743	2,1%

A **Receita Bruta** da Companhia totalizou R\$ 211.817 mil, apresentando um crescimento de 2,2% no 1T18 em relação ao mesmo período do ano anterior, a Receita de Construção apresentou uma redução de 13,0% em comparação com o mesmo período do ano anterior.

Comentário do Desempenho

As **Receitas de Pedágio** totalizaram R\$ 164.903 mil no 1T18, o que representou um aumento de 7,6% se comparadas ao mesmo período do ano anterior. O aumento observado na Receita de Pedágio está relacionado ao reflexo da recuperação econômica a partir do segundo semestre de 2017, e também pelo reajuste da tarifa pelo IPCA, de 3,60%, ocorrido em julho de 2017.

As **Receitas Acessórias** foram de R\$ 7.537 mil no 1T18, apresentando uma redução de -14,1% em relação a 1T17.

Custos e Despesas

Os Custos e Despesas Totais são compostos pelos Custos dos Serviços Prestados, Custos de Construção, Depreciação/Amortização e Despesas Gerais e Administrativas. Seguem abaixo os resultados do 1T18:

Descrição	Em milhares de reais		
	1T18	1T17	Var. %
Custos	(115.471)	(87.557)	31,9%
Custos dos Serviços Prestados	(21.569)	(22.113)	-2,5%
Provisão de Conserva Especial	(10.693)	(193)	5453,1%
Custos de Construção	(38.984)	(44.802)	-13,0%
Depreciação/Amortização	(44.225)	(20.449)	116,3%
Despesas	(7.344)	(5.469)	34,3%
Despesas gerais e administrativas	(5.574)	(5.469)	1,9%
Provisão de Contingências	(1.770)	-	-
Total	(122.815)	(93.026)	32,0%

Os **Custos dos Serviços Prestados** totalizaram R\$ 21.569 mil no 1T18. A variação de custos apresentou uma queda de 2,5%.

As **Despesas gerais e administrativas** do 1T18 resultaram em R\$ 5.574 mil, ficando em linha com o mesmo período do ano anterior, que fechou em R\$ 5.469 mil, variação de apenas 1,9%.

Comentário do Desempenho

EBITDA

O EBITDA Ajustado acumulado até 31 de março 2017 foi de R\$ 130.338 mil, registrando crescimento de 8,7% em relação ao ano anterior.

Composição do EBITDA	Em milhares de reais			
	Descrição	1T18	1T17	Var. %
Resultado do exercício		3.802	18.159	-79,1%
(+/-) Resultado financeiro, líquido		68.455	72.169	-5,1%
(+/-) Imposto de renda e contribuição social		1.741	9.398	-81,5%
EBIT		73.998	99.726	-25,8%
Margem EBIT (%)		37,6%	51,7%	-14,1 p.p.
Depreciação e amortização		44.261	20.449	116,4%
EBITDA		118.259	120.175	-1,6%
Margem EBITDA (%)		60,1%	62,3%	-2,3 p.p.
Margem de Construção ¹	-	394	453	-12,9%
Provisão Conserva Especial ²		10.693	193	5453,1%
Provisão para Contingência		1.770	-	-
Outras receitas (despesas), líquidas		11	7	-252,0%
EBITDA Ajustado		130.338	119.908	8,7%
Margem EBITDA Ajustado (%)		82,8%	81,3%	1,5 p.p.

¹ É a margem de 1% reconhecida sobre os custos relativo ao serviço de construção prestado, conforme Orientação OCPC 05.

² Provisão para manutenção ou recomposição da infraestrutura.

Resultado Financeiro

Descrição	Em milhares de reais		
	1T18	1T17	Var. %
Receitas Financeiras	6.853	9.085	-24,6%
Despesas Financeiras	(75.308)	(81.254)	-7,4%
Resultado Financeiro Líquido	(68.455)	(72.169)	-5,1%

No trimestre findo em 31 de março de 2018, a Companhia apresentou um **Resultado Financeiro Líquido** negativo de R\$ 68.455 mil (-5,1% ante ao 1T17), esta variação ocorre principalmente em função da redução do IPCA, que é o principal indexador das dívidas da Companhia e além disso, também a amortização do saldo devedor das dívidas.

As Receitas Financeiras totalizaram R\$ 6.853 mil no 1T18 (redução de 24,6% sobre o mesmo período do ano anterior).

Comentário do Desempenho

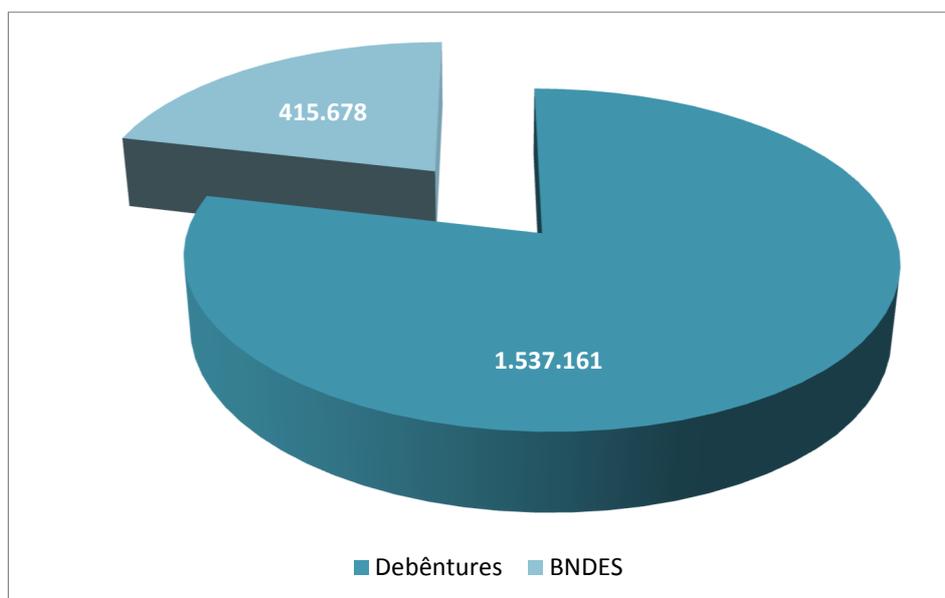
Endividamento

Descrição	Em milhares de reais		
	31 de março de 2018	31 de dezembro de 2017	Var. %
Dívida Bruta	2.351.024	2.411.424	-2,5%
Empréstimos e Debêntures	1.952.839	2.024.135	-3,5%
Caixa e Aplicação Financeira	(316.839)	(380.358)	-16,7%
Dívida Líquida	1.636.000	1.643.778	-0,5%

O saldo da Dívida Líquida da Companhia reduziu 0,5%, em comparação com 31 de dezembro de 2017, principalmente pelo aumento de aplicações financeiras.

Abaixo, composição da Dívida Bruta da Companhia em 31 de março de 2018:

Descrição	Em milhares de reais		
	31 de março de 2018	31 de dezembro de 2017	Var. %
Debêntures	1.537.161	1.601.037	79,1%
BNDES	415.678	423.098	20,9%
Total	1.952.839	2.024.135	100,0%



Nota: Os recursos financeiros tomados são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação, ou seja, os custos de transação são contabilizados como redução do valor do instrumento financeiro emitido.

Comentário do Desempenho

Investimentos

Os investimentos em ampliação e manutenção realizados pela Companhia no primeiro trimestre de 2018 foram de R\$ 45.684 mil, atingindo o montante de R\$ 2,1 bilhão já investido desde o início da Concessão. As principais obras realizadas no 1T18 podem ser assim resumidas:

- ✓ Implantação das marginais da Rodovia Dom Pedro I (SP-065), em Campinas;
- ✓ Duplicação da Rodovia Professor Zeferino Vaz (SP-332 - km 176 ao 180) e Rodovia Romildo Prado (SP-063 - km 0 ao 2,3);
- ✓ Implantação do trecho Bandeirantes - Rod. Miguel Melhado Campos (SP-324);
- ✓ Conclusão dos Alargamento das OAE´s do km 116 e km 134 da SP-332;
- ✓ Melhorias em interseções da malha viária, visando maior fluidez do tráfego e segurança aos usuários;
- ✓ Obras de recuperação especial de pavimento, microrrevestimento impermeável e melhorias com sinalização;
- ✓ Obras de implantação de dispositivos de segurança, tais como: barreiras de concreto, defensas metálicas, atenuadores de impacto, dentre outros.

Resultado líquido

A Companhia registrou em 31 de março de 2018 um resultado líquido positivo de R\$ 3.802 mil.

5. Informações sobre a Companhia

Indicadores Operacionais

A Companhia cumpriu todas as suas obrigações contratuais relativas aos indicadores operacionais, como Tempo de Atendimento Pré-Hospitalar, Tempo de atendimento aos serviços de Guincho, Tempo de atendimento mecânico, Tempo de Cobrança nas cabines de pedágio, etc.

No período findo em 31 de março de 2018, foram realizados aproximadamente 27 mil atendimentos a usuários, compostos basicamente da seguinte forma:

Comentário do Desempenho

- 54,7% de serviços de inspeção;
- 19,0% de serviços de guincho;
- 12,1% de serviços mecânicos;
- 3,0% de serviços pré-hospitalares e;
- 11,2% de serviços com caminhão pipa, apreensão de animais e apoio em geral.

Gestão de Pessoas

A Companhia utiliza a Tecnologia Empresarial Odebrecht ("TEO") como ferramenta fundamental que norteia a condução na gestão de pessoas. A educação pelo e para o trabalho é um dos pilares da cultura empresarial, assim como a orientação para a obtenção de resultados. A base de tudo é a confiança nas pessoas, na capacidade de autodesenvolvimento e no desejo de realização profissional e pessoal. O modelo de gestão é descentralizado, apoiado na delegação planejada e na partilha de resultados com base na contribuição de cada integrante. No período findo em 31 de março de 2018, a Companhia contava com 611 integrantes em seu quadro.

Projeto Jovem Aprendiz

A Companhia, em parceria com a Instituição Centro de Integração Empresa Escola ("C.I.E.E."), por meio do Projeto Jovem Aprendiz, contrata jovens com o intuito de formar e qualificar profissionais de sucesso para o mercado de trabalho. No período findo em 31 de março de 2018, a Companhia contava com 5 aprendizes em seu efetivo.

Rota da Inclusão

A Companhia iniciou em 2014 o programa Rota da Inclusão, que tem por objetivo a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. O programa é composto de várias etapas como, por exemplo, a capacitação de todos os integrantes para lidar com as diferenças e particularidades de pessoas com algum tipo de deficiência, realização de palestras sobre a importância e responsabilidade social de todos no quesito de inclusão social, dentre outras. No período findo em 31 de março de 2018, a Companhia mantinha em seu quadro 16 pessoas com deficiência, alocadas em diversas áreas.

Comentário do Desempenho

6. Governança Corporativa

A Companhia adota práticas de governança corporativa alinhadas às melhores práticas adotadas pelo mercado, aplicadas na condução e gestão do negócio. Alinhada com as recomendações emitidas pelos órgãos reguladores existentes, estão listadas abaixo as principais práticas adotadas.

Órgãos da Administração

A Governança Corporativa é um instrumento a serviço da estratégia de crescimento orgânico, sadio e continuado da Companhia.

Com a definição das instâncias de delegação, dos instrumentos para constantes alinhamentos e disciplina na condução da governança, há o estabelecimento e fortalecimento da confiança.

Exceto no que se refere às matérias de deliberação da acionista nos termos da Lei 6.404/76 e do Estatuto Social, a Companhia é administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria, conforme atribuições legais e estatutárias.

O Conselho de Administração é composto por 5 (quatro) conselheiros, sendo um Presidente e seus respectivos suplentes, os quais foram eleitos em Assembleia Geral e possuem mandato unificado até a Assembleia Geral Ordinária que aprovará as contas do exercício social a ser encerrado até dezembro 2018. A destituição dos Conselheiros poderá se dar a qualquer tempo pelos acionistas da Companhia em Assembleia Geral.

Todos os membros do Conselho de Administração foram investidos em seus cargos mediante a assinatura dos respectivos termos de posse, no Livro de Atas das Reuniões do Conselho de Administração, devendo permanecer no exercício do cargo até a investidura de seus sucessores.

O Presidente do Conselho de Administração será eleito dentre os seus membros, sendo que o mesmo terá o poder de indicar outro membro do Conselho para substituí-lo durante suas ausências temporárias.

As regras de funcionamento e de reuniões do Conselho de Administração estão contidas no Regulamento de Funcionamento do Conselho de Administração aprovado na Reunião de Conselho da Companhia, em 19 de junho de 2013.

A Diretoria da Companhia é formada por 2 (dois) diretores, os quais foram eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de dois anos, admitida a reeleição.

Comentário do Desempenho

As atribuições que não são conferidas à Assembleia Geral ou Conselho de Administração competem aos diretores, os quais estão obrigados a prestarem informações periódicas ao Conselho de Administração sobre o cumprimento do Plano de Negócios da Companhia.

Além disso, a Companhia, por ser companhia aberta, registrada na categoria B, está sujeita às normas da Comissão de Valores Mobiliários, o que inclui a obrigação de publicação no site da Companhia e no site da CVM, anualmente, do seu Formulário de Referência, contemplando inclusive todos os contratos celebrados entre a Companhia e suas partes relacionadas.

Por fim, a Companhia possui uma Política de Divulgação de Fato Relevante em linha com a instrução da CVM, assim como comunica ao mercado todos os eventos que possam ser de interesse de seus investidores.

Auditoria das Demonstrações Financeiras

Em 02 de abril de 2015, a Companhia contratou a Grant Thornton Auditores Independentes para a prestação de serviços de auditoria externa de suas demonstrações financeiras. Não houve neste período a prestação de quaisquer outros serviços pelos auditores independentes que não fossem os relacionados à auditoria externa, conforme menção acima.

As informações contábeis foram preparadas e são apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras – *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”), emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

Conduta e Código de Ética

Em continuidade ao processo de instituição e reforço do Sistema de Conformidade da Companhia, iniciado em 11 de junho de 2014, foram aprovados em 17 de abril de 2017 a nova Política sobre Conformidade, com Atuação Ética, Íntegra e Transparente, bem como o Compromisso com Atuação Ética, Íntegra e Transparente que substituiu o até então vigente Código de Conduta.

Comentário do Desempenho

O Sistema de Conformidade da Companhia é composto por um novo canal de comunicação confidencial, administrado pela empresa terceirizada ICTS, por meio do qual são recebidos, tanto 0800, quanto *website*, relatos de desvios do Compromisso de Atuação, os quais são tratados por um Comitê de Ética. Além disso, a Companhia faz com frequência divulgações e palestras que visam garantir a transparência, o compromisso, a confiabilidade e a segurança no ambiente de trabalho.

Todos integrantes da Companhia tiveram treinamento sobre o Compromisso de Atuação, visando disseminar o conhecimento sobre ética na empresa.

Adicionalmente, foram editadas Instruções Normativas a respeito de assuntos como Relacionamento com Agentes Públicos, Brindes, Anticorrupção, Lavagem de Dinheiro, Contratação de Fornecedores e Colaboradores, as quais terão treinamentos específicos a serem ministrados para todos os funcionários até o final do corrente ano.

Ademais, a Companhia realiza campanhas periódicas sempre reforçando o dever de uma atuação ética, bem como disponibiliza em seu jornal interno, o "Tá na Rota", pequenas notas sobre ética em coluna denominada "Cantinho da Ética".

Transparência e Gestão

A Companhia mantém em seu *website* espaço dedicado à área de Relações com Investidores para divulgação de forma transparente das suas informações e resultados.

A Companhia divulga de forma tempestiva as informações trimestrais e anuais legalmente exigidas e utiliza práticas financeiras reconhecidas para divulgação de resultados e para a tomada de decisões.

7. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Em setembro de 2015, as ações socioambientais desenvolvidas pela Concessionária Rota das Bandeiras foram coroadas com a conquista do Selo Verde do Instituto Chico Mendes, que reconheceu nosso esforço e trabalho diário voltado ao meio ambiente e às comunidades do Corredor Dom Pedro.

A seguir, compartilhamos as ações que contribuíram para a conquista desta importante certificação:

Comentário do Desempenho

Responsabilidade Social

Desde o início de suas atividades, a Concessionária Rota das Bandeiras tem como um de seus pilares a responsabilidade em garantir a qualidade de vida de seus usuários e das comunidades que vivem nos municípios que margeiam o trecho concedido de rodovias. Isto significa proporcionar a cada dia mais segurança e conforto para todos.

A Companhia desenvolve programas e campanhas, principalmente relacionadas à educação no trânsito e segurança viária, que atendem uniformemente todos os 17 municípios do Corredor Dom Pedro.

Seguem abaixo exemplos dos principais programas e campanhas realizadas.

Caia na Rede - Consciente de que o conhecimento é a chave para uma sociedade e, conseqüentemente, um trânsito mais saudável, a Rota das Bandeiras também investe na educação dos moradores das cidades que integram o trecho sob concessão. Uma das principais realizações da Concessionária neste campo é o programa Caia na Rede, lançado em maio de 2012, que leva comunidades carentes à inclusão digital. Atualmente, conta com 74 salas de aula em 15 cidades do trecho concessionado.

Rota da Educação - Lançado no segundo semestre de 2012, o Rota da Educação é o principal instrumento da Concessionária para fomentar a discussão e aprendizado específicos sobre educação no trânsito nas escolas municipais das 17 cidades que compõem o Corredor Dom Pedro, especialmente aquelas próximas às rodovias ou que estejam inseridas em áreas urbanas mais movimentadas. O trabalho é realizado com crianças de 1º ao 5º ano, com idades entre 6 e 11 anos.

O Rota da Educação já beneficiou mais de 64 mil alunos desde o início de suas atividades, em um trabalho reconhecido em todo o país. Em 2015, a Concessionária apresentou o programa no prêmio DENATRAN, que elege os melhores trabalhos nacionais sobre o tema Trânsito, com o objetivo principal de incentivar a reflexão nos aspectos de segurança, respeito e cidadania no trânsito. Nesta premiação, a Companhia ficou em 2º lugar na categoria de Educação no Trânsito, concorrendo com 44 trabalhos de todo o país.

Rota Reciclável - O material recolhido nas rodovias que formam o Corredor Dom Pedro tem um novo destino. Em março de 2015, a Rota das Bandeiras inaugurou a central de triagem de material reciclável de Itatiba. O moderno espaço, cedido à Cooperativa

Comentário do Desempenho

Reviver, tem capacidade de reciclar 220 toneladas por mês, quantidade suficiente para atender o que é produzido nas cinco rodovias e também no perímetro urbano de Itatiba.

Parada Legal - É consenso dentro da Rota das Bandeiras que investir em segurança e no conforto dos usuários das estradas do Corredor Dom Pedro é ter retorno certo. Isto porque quanto mais orientados forem os motoristas e melhores preparados forem os veículos que trafegam pelas nossas rodovias, menor será o índice de acidentes. Foi com base nesta filosofia que, em 2010, a Concessionária elaborou uma campanha sustentável, que atende uniformemente aos 17 municípios. Trata-se de um programa itinerante que tem como alvo os pedestres, motociclistas, caminhoneiros ou motoristas de passeio que utilizam cada uma de nossas cinco rodovias.

Por Cima do Risco - O modelo de passarela utilizado hoje em dia nas rodovias brasileiras é o dispositivo de segurança definitivo para evitar acidentes por atropelamento em pontos com grande fluxo de pedestres. Muitos usuários, porém, desconhecem os riscos de se atravessar uma estrada e, nesta hora, optam por correr o risco. Com base nessa preocupação, a campanha tem como grande objetivo orientar os pedestres sobre o exato perigo que correm cada vez que fazem uma travessia. Assim, além do risco reduzido a cada usuário orientado, a Concessionária ganha milhares de aliados na difusão destas informações. As ações acontecem sempre próximas a uma passarela de grande movimento. Ali, uma equipe da Rota das Bandeiras aborda as pessoas que relutam em utilizar o dispositivo, mesmo ele estando a poucos metros do local da travessia.

Campanha do Agasalho - Não são apenas os assuntos relacionados às rodovias que estão no prisma da equipe da Rota das Bandeiras. A Campanha do Agasalho, realizada anualmente, passou a ser motivo de orgulho de todos os integrantes, diretos e indiretos, que vêm garantindo o sucesso dessa iniciativa. Todos os materiais arrecadados são distribuídos para a população carente das 17 cidades que integram o Corredor Dom Pedro.

Responsabilidade Ambiental

Para a Rota das Bandeiras, a administração de uma empresa com responsabilidade ambiental, deixou há tempos de ser uma tendência do mercado para se tornar um compromisso. No entanto, entendemos que não há compromisso sem atitude e, por isso,

Comentário do Desempenho

temos o orgulho de dizer que agimos, seja por meio de preservação e proteção do meio ambiente, seja na política interna com nossos integrantes.

Todas as obras executadas pela Concessionária respeitam rigorosamente as leis ambientais e visam contribuir para a recuperação e recomposição da flora e fauna do Corredor Dom Pedro. Além de estar ciente de seu papel na preservação do meio ambiente, a Rota das Bandeiras também busca contribuir para que uma nova cultura de responsabilidade ambiental seja desenvolvida nos 17 municípios que integram o Corredor Dom Pedro. Por isso, a Concessionária desenvolve atividades voltadas à educação ambiental com crianças e adolescentes.

A Companhia também desenvolve ações voltadas para gerenciamento de resíduos, consumo de água e energia, emissão de gases de efeito estufa, preservação da fauna existente às margens do Corredor Dom Pedro e à proteção do solo e dos mananciais, em caso de acidentes envolvendo cargas perigosas.

Preservação e Recuperação da flora

Desde que iniciou suas atividades para manutenção e modernização do Corredor Dom Pedro, em 2009, a Companhia mantém um rigoroso programa reflorestamento de árvores nativas, prioritariamente em áreas de preservação permanente e formação de corredores ecológicos (conexão de fragmentos florestais), por meio do plantio compensatório nas áreas onde atua.

Por isso, em média cada árvore suprimida nas obras de modernização de nossas rodovias, plantamos 25 novas mudas. Já no caso de Áreas de Preservação Permanente (APPs), a compensação média é de uma área equivalente ao dobro daquela que foi suprimida. Assim desde abril de 2009, mais de 191 mil árvores nativas foram plantadas e mantidas até que se formem fragmentos florestais autossustentáveis.

Além dos plantios compensatórios, a Rota das Bandeiras promove atividades ambientais com crianças e adolescentes, visando à formação de cidadãos que respeitem a natureza e contribuam para a formação de um planeta "mais verde", onde são realizadas excursões de escolas públicas para as áreas de plantio compensatório com intuito de conscientizar "na prática" a nova geração.

Comentário do Desempenho

Respeito à Fauna

A Rota das Bandeiras monitora constantemente possíveis áreas de risco para impedir o atropelamento e garantir a segurança dos usuários e também dos animais que vivem às margens do Corredor Dom Pedro.

Além disso, em todos os projetos para ampliação ou implantação de novas rodovias no Corredor Dom Pedro, a Rota das Bandeiras prevê a construção de passagens de fauna, conforme a necessidade indicada nos estudos ambientais, além dos plantios compensatórios que quando possível, são realizados corredores de fauna, ampliando o habitat e conectividade da fauna existente.

A Concessionária tem ainda parcerias com os municípios do Corredor Dom Pedro para a castração de animais domésticos, minimizando a presença desses animais às margens das rodovias.

Monitoramento de Focos de Incêndio

A maior parte do Corredor Dom Pedro está localizada em uma área com clima tropical de altitude, com invernos quentes e secos, que tornam a vegetação mais vulnerável ao risco de incêndios no período entre junho e agosto.

Por isso, a Rota das Bandeiras realiza um trabalho preventivo para minimizar o risco de incêndios, cuida com zelo da poda na faixa de domínio da Concessionária e implanta aceiros.

Além disso, a Concessionária conta com as 88 câmeras de seu Centro de Controle Operacional, um dos mais modernos do país, para o monitoramento de todo o Corredor Dom Pedro e o imediato acionamento de sua equipe, que tem caminhões-pipa à disposição, ou do Corpo de Bombeiros para o atendimento às ocorrências.

Monitoramento de Acidentes com Produtos Perigosos

Assim como no caso dos focos de incêndio, as câmeras de seu Centro de Controle Operacional são a principal ferramenta utilizada pela Rota das Bandeiras para identificar qualquer tipo de ocorrência envolvendo cargas com produtos perigosos ao longo dos 297 km de rodovias sob sua responsabilidade.

Comentário do Desempenho

A Rota das Bandeiras também conta com os serviços, 24 horas por dia, de uma empresa especializada na contenção de cargas perigosas; promove simulados periódicos para o treinamento de suas equipes; e capacita seus inspetores de tráfego para prestar o primeiro atendimento em caso de ocorrências com esse tipo de carga.

Gerenciamento de Resíduos Sólidos

A Rota das Bandeiras recolhe, em média, 27 toneladas de resíduos por mês no Corredor Dom Pedro. Mais do que simplesmente contribuir para a manutenção da boa qualidade de nossas rodovias, este trabalho também reflete a preocupação da Concessionária com as questões ambientais.

Afinal, a Rota das Bandeiras possui um sistema de gestão ambiental, o qual contempla o gerenciamento e destinação adequada de resíduos, como por exemplo resíduos eletrônicos, lâmpadas fluorescentes, resíduos de construção civil, varrição, entre outros.

A concessionária busca a reutilização de materiais nobres em suas obras, através de inovações tecnológicas, como o "asfalto ecológico", o qual reutiliza pneus usados como matéria-prima. A técnica já foi aplicada em trechos da SP-332, Zeferino Vaz.

Outra prática é a utilização do material fresado, oriundo da recuperação de pavimento, o qual é destinado à recuperação de vias vicinais dos municípios no entorno do Corredor Dom Pedro.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Agradecimentos

Aproveitamos para expressar os nossos agradecimentos aos usuários, acionistas, instituições governamentais, financiadores, prestadores de serviços e a todos os colaboradores da Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

Comentário do Desempenho

Audidores Independentes

Em atendimento à determinação da Instrução CVM 381/2003, informamos que no trimestre findo em 31 de março de 2018, não houve contratações de outros serviços que não sejam os relacionados à auditoria externa.

Em nosso relacionamento com Auditor Independente, avaliamos sempre o conflito de interesses com outros serviços que não estão relacionados à auditoria, tomando por base o princípio da independência, ou seja, o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses.

Declaração da diretoria

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou e concordou com o Relatório da Grant Thornton Auditores Independentes, emitido nesta data, e com as devidas demonstrações contábeis condensadas relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2018.

Itatiba, 15 de maio de 2018.

A Administração.

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às informações intermediárias referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A Concessionária Rota das Bandeiras S.A. (“Companhia”), com sede em Itatiba, São Paulo, é uma sociedade por ações, de capital aberto, foi constituída em 9 de fevereiro de 2009 e iniciou suas operações em 3 de abril de 2009, tendo como objetivo exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, do Sistema Rodoviário definido por Corredor Dom Pedro I, nos termos do contrato de concessão celebrado com a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – (“ARTESP”), em 2 de abril de 2009, com prazo de 30 anos.

A Companhia é parte integrante da Organização Odebrecht, sendo controlada diretamente pela Odebrecht Rodovias S.A. (“ODBVias”) e indiretamente pela Odebrecht Transport S.A. (“OTP”).

No trimestre findo em 31 de março de 2018, não ocorreram mudanças relevantes.

Investigações e medidas judiciais em andamento

Como é de conhecimento público, desde 2014 encontram-se em andamento investigações e outros procedimentos legais conduzidos pelo Ministério Público Federal e outras autoridades públicas, no contexto da chamada “Operação Lava Jato”, que investiga, principalmente, práticas relacionadas a corrupção e lavagem de dinheiro, e que envolvem empresas e executivos do Grupo Odebrecht, do qual a Companhia faz parte.

Notas Explicativas

Apesar da Odebrecht S.A., acionista indireto da Companhia, ter se comprometido com um acordo de leniência, e estar prestando todos os esclarecimentos necessários, a Companhia não foi notificada a respeito de ser objeto de qualquer investigação promovida por órgãos reguladores internos ou organismos internacionais contra a Companhia ou seus executivos relacionada à Operação Lava Jato, bem como não sofreu busca e apreensão em seus estabelecimentos bem como sequer foi alvo de menções e não teve nenhum executivo mencionado, indiciado, denunciado ou tampouco condenado até o momento. Considerando que as investigações ainda estão em andamento, não há como determinar se a Companhia será afetada pelos resultados do referido Acordo e por quaisquer de seus desdobramentos e suas consequências futuras.

A emissão das Informações contábeis intermediárias foi autorizada pela diretoria da Companhia em 14 de maio de 2018.

2. Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias contidas nas presentes informações trimestrais foram preparadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

Conforme Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 03/2011, a Companhia optou por apresentar as notas explicativas nesta ITR de forma resumida nos casos de redundância em relação ao apresentado nas demonstrações contábeis anuais. Exceto pela adoção inicial das IFRS 9 (CPC 48) e IFRS 15 (CPC 47), que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, a Companhia declara que os julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas, bem como as principais práticas contábeis adotadas na apresentação e elaboração, são as mesmas que as divulgadas nas demonstrações contábeis anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, exceto pelas novas normas que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, IFRS 15 – Receita de contratos com clientes e IFRS 9 – Instrumentos financeiros, adotadas pela Companhia e que não resultaram em impactos significativos nas informações contábeis intermediária do trimestre findo em 31 de março de 2018, sendo que demais normas permanecendo válidas para essas Informações Trimestrais. Portanto, essas Informações Trimestrais não incorporam todas as notas e as divulgações exigidas pelas normas para as demonstrações contábeis anuais e, conseqüentemente, as correspondentes informações devem ser lidas em conjunto com a nota explicativa nº 2 daquelas demonstrações contábeis. Essas políticas foram consistentemente aplicadas em todos os períodos de apresentação, exceto quando indicado de outra forma.

As notas explicativas que não sofreram alterações relevantes em relação às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2017 não foram incluídas nessas Informações Trimestrais. Todos os valores apresentados nestas Informações Trimestrais estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.1. Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

Novos procedimentos contábeis e melhorias emitidos pelo IASB:

O International Accounting Standards Board - IASB publicou ou alterou os seguintes pronunciamentos, orientações ou interpretações contábeis, cuja adoção obrigatória deverá ser feita em períodos subsequentes:

Notas Explicativas

- a) Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019:
- IFRS 16/CPC 06(R2) – Leasing: Estabelece novos padrões de contabilização de arrendamento mercantil. Com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações contábeis dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 substitui a IAS 17 – Operações de Arrendamento Mercantil e correspondentes interpretações, no Brasil essas alterações serão tratadas como revisão do CPC 06.

Algumas das alterações às IFRS mencionadas anteriormente ainda não foram editadas pelo CPC. No entanto, em decorrência do compromisso do CPC de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações e modificações feitas pelo IASB, é esperado que essas alterações e modificações sejam editadas pelo CPC até a data de sua aplicação obrigatória.

A Companhia não adotou tais pronunciamentos antecipadamente, e a Administração está avaliando os impactos dessas alterações em suas demonstrações contábeis.

2.2. Resumo das principais políticas contábeis

A preparação das informações requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das suas práticas contábeis. Não ocorreram mudanças significativas nas premissas e julgamentos por parte da Administração da Companhia no uso das estimativas para preparação destas informações em relação àquelas utilizadas nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2017.

As políticas contábeis apresentadas nas demonstrações contábeis intermediárias são as mesmas utilizadas na demonstração contábil anual de 31 de dezembro de 2017.

3. Gestão de risco financeiro

a) Considerações gerais

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar aos fornecedores, empréstimos e arrendamento mercantil, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

b) Gerenciamentos de riscos

A Companhia está exposta a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, a riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber.

Notas Explicativas

A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimo e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Menos de um ano (ii)	Entre um e dois anos (ii)	Entre dois e cinco anos (ii)	Acima de cinco anos (ii)
Em 31 de março de 2018				
Fornecedores e outras obrigações (iii)	128.074	5.988		
BNDES (i)	117.241	110.974	260.435	23.172
Debêntures (i)	192.392	232.514	1.260.396	832.958
Mútuos - partes relacionadas (i)	26.577	27.894	90.316	628.394
Em 31 de dezembro de 2017				
Fornecedores e outras obrigações (iii)	156.195	13.140	-	-
BNDES (i)	122.544	115.481	277.384	31.549
Debêntures (i)	215.165	203.754	1.126.551	1.107.462
Mútuos - partes relacionadas (i)	26.835	28.269	91.530	636.841

- (i) Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos, fornecedores, mútuo com partes relacionadas e outras obrigações;
- (ii) As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma, e sim baseadas em uma opção da Administração;
- (iii) A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.

d) Exposição a riscos de taxas de juros e índice de inflação

A Companhia está exposta ao risco de que uma variação de taxas de juros cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros.

Notas Explicativas

Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação da taxa de juros TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) e do índice de inflação IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), principais exposições de risco de mercado da Companhia.

As avaliações de sensibilidade dos instrumentos financeiros as estas variáveis são apresentadas abaixo:

(i) Seleção dos riscos

A Companhia selecionou os riscos de mercado que mais podem afetar os valores dos instrumentos financeiros por ela detidos como sendo a taxa de juros TJLP e o índice de inflação IPCA.

(ii) Seleção dos cenários

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia apresenta na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia.

Como cenário provável (Cenário I) na taxa de juros TJLP e no índice de inflação IPCA foram consideradas as projeções apresentadas abaixo:

Indicador	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
TJLP (*)	6,6%	6,7%	6,5%	6,5%	6,5%	6,5%	6,5%	6,5%
IPCA (*)	3,5%	4,0%	4,0%	4,0%	4,0%	4,0%	4,0%	4,0%

(*) Fonte: Projeção Banco Santander - 29/03/2018.

Para os dois cenários adversos na taxa de juros TJLP e, no índice de inflação IPCA foram consideradas uma alta de 25% sobre as projeções apresentadas acima como cenário adverso possível (Cenário II) e de 50% como cenário adverso extremo (Cenário III).

As taxas consideradas foram:

Indicador	Cenário I Provável	Cenário II Adverso possível	Cenário III Adverso extremo
TJLP (*)	6,61%	8,27%	9,92%
IPCA (*)	3,82%	4,79%	5,74%

(*) Refere-se à média aritmética da projeção de 2018 a 2025 das taxas apresentadas acima.

Os valores de sensibilidade na tabela abaixo são de juros a incorrer dos instrumentos financeiros sob cada cenário.

Notas Explicativas

(iii) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros – TJLP

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação da taxa de juros TJLP, é apresentada na tabela abaixo:

Instrumento	Vencimento	Risco	Juros a incorrer		
			Cenário I Provável	Cenário II Adverso possível	Cenário III Adverso extremo
Empréstimo BNDES	abr/25	Alta na TJLP	51.605	60.716	69.705

(iv) Análise de sensibilidade de variações no índice de inflação – IPCA

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação do índice de inflação IPCA, é apresentada na tabela abaixo:

Instrumento	Vencimento	Risco	Juros a incorrer		
			Cenário I Provável	Cenário II Adverso possível	Cenário III Adverso extremo
Debêntures	jul/24	Alta no IPCA	1.592.433	1.687.261	178.439
Empréstimo BNDES	mai/22	Alta no IPCA	83.150	87.368	91.703
Mútuo com partes Relacionadas	out/25	Alta no IPCA	479.535	529.078	581.565

A administração desses instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégia operacional, visando liquidez, rentabilidade e segurança. O procedimento interno consiste em acompanhamento permanente da taxa contratada versus as vigentes de mercado.

As operações desses instrumentos são realizadas pela área de tesouraria da Companhia, por meio de avaliação e estratégia de operações previamente aprovadas pela diretoria.

As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises e às mudanças inerentes de mercado.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos ou demais instrumentos financeiros atrelados durante o exercício findo em 31 de março de 2018.

Notas Explicativas

e) Exposição a riscos de crédito

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições consideradas pela Administração como de primeira linha.

f) Caixa e equivalentes de caixa, aplicação financeira, contas a receber, outros ativos e passivos circulantes

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros da Companhia aproximam-se dos seus valores de realização.

g) Empréstimos e debêntures

Os empréstimos e as debêntures, classificados como passivos circulantes e não circulantes, têm seu valor contábil próximo ao valor de mercado.

3.1. Gestão de capital

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de endividamento em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017 podem ser assim sumarizados:

	31 de março de 2018	31 de dezembro de 2017
Total dos empréstimos e debêntures (Nota 13)	1.952.838	2.024.135
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(272.859)	(338.844)
Aplicações Financeiras (Nota 7)	(43.980)	(41.513)
Dívida líquida	1.635.999	1.643.778
Total do patrimônio líquido	834.409	830.607
Total do capital próprio e de terceiros	2.470.408	2.474.385
Índice de alavancagem financeira - %	66%	66%

3.2. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As estimativas e os julgamentos contábeis aplicados na elaboração destas Informações contábeis intermediárias correspondem às estimativas e aos julgamentos contábeis aplicados na elaboração das demonstrações contábeis anuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Notas Explicativas

3.3. Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), quando aplicável, estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para instrumentos financeiros similares.

4. Instrumentos financeiros por categoria

	Ativos ao valor justo por meio do resultado		Empréstimos e recebíveis	
	31 de março de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de março de 2018	31 de dezembro de 2017
Ativos, conforme o balanço patrimonial				
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	272.859	338.844
Aplicações financeiras	43.980	41.513	-	-
Contas a receber	-	-	42.415	44.452
Contas a receber - partes relacionadas	-	-	459	456
	43.980	41.513	315.733	383.752
Outros passivos financeiros				
			31 de março de 2018	31 de dezembro de 2017
Passivos, conforme o balanço patrimonial				
Empréstimos e debêntures			1.952.838	2.024.135
Fornecedores			145.443	156.255
Fornecedores - Partes relacionadas			254	635
Mútuos - partes relacionadas			398.185	387.289
Contas a pagar			1.306	12.325
			2.498.026	2.580.639

5. Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A Companhia mantém seus ativos financeiros em instituições financeiras de primeira linha. A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	31 de março de 2018	31 de dezembro de 2017
Contas a receber		
Contra partes sem classificação externa de crédito		
Pedágios	41.421	44.022
Receitas acessórias	994	430
Total de contas a receber	42.415	44.452
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras		
Contra partes com classificação externa de crédito		
Instituição financeira	266.060	328.894
	266.060	328.894
Contra partes sem classificação externa de crédito		
Caixa geral	4	5
Bancos conta movimento	2.149	4.544
Numerários em trânsito	4.093	4.769
Fundo de troca	553	632
	6.799	9.950
	272.859	338.844

Notas Explicativas

6. Caixa e equivalentes de caixa

	31 de março de 2018	31 de dezembro de 2017
Caixa geral	4	5
Bancos conta movimento	2.149	4.544
Numerários em trânsito (i)	4.093	4.769
Fundo de troca	553	632
Aplicações Financeiras (ii)	266.060	328.894
	272.859	338.844

- (i) Recebimento em dinheiro da arrecadação de pedágios realizada nos últimos dias do período correspondente.
- (ii) Referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e operações compromissadas, remuneradas a taxas que variam entre 98% e 100% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário); e a fundos de investimentos remunerados, em sua grande parte, a taxa média de 100% do CDI. Os prazos de resgate variam entre um e dois meses em média e possuem liquidez imediata garantida pelo emissor.

7. Aplicações financeiras

Em 31 de março de 2018, a Companhia apresenta aplicações financeiras no montante de R\$ 43.980 (31 de dezembro de 2017 - R\$ 41.513), referente a aquisição de 399 cotas subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Fornecedores CRB (“FIDC” ou “Fundo”) efetuada em 29 de março de 2017, remuneradas à taxa de CDI 100%, conforme demonstrado na Nota 14. O Fundo foi constituído sob a forma de condomínio fechado e tem como objetivo fortalecer os fornecedores da Companhia, de modo a propiciar aos mesmos o recebimento antecipado das vendas e taxas mais atrativas, quando compradas às de mercado. É vetada a participação das empresas do Grupo Econômico do qual a Companhia faz parte como investidora e/ou sacada do Fundo. A Companhia tem por objeto a valorização das suas cotas, através da aplicação de seus recursos na aquisição de direitos creditórios dos fornecedores da Companhia, sendo o saldo residual de caixa aplicado em instituições de 1ª linha, devidamente verificados e validados conforme critérios de elegibilidade e a gestão deste Fundo fica a cargo de empresa de corretagem especializada.

8. Contas a receber

	31 de março de 2018	31 de dezembro de 2017
<i>Automatic Vehicle Identification</i> (“AVI”) (i)	39.080	41.443
Vale pedágio (i)	2.800	2.579
Receitas acessórias	535	430
	42.415	44.452

- (i) As contas a receber são representadas, substancialmente, por recebíveis de pedágio eletrônico e vale pedágio.

Em 31 de março de 2018, a Administração, com base em sua avaliação do risco de crédito, entende que não se faz necessária a constituição de provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa das contas a receber.

Notas Explicativas

9. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos de ativos e passivos diferidos apresentam-se como segue:

	31 de março de 2018	31 de dezembro de 2017
Ativo não circulante		
Prejuízo fiscal e base negativa	163.475	163.936
Amortização da outorga	1.340	1.340
Benefício fiscal (ágio) (i)	93.094	97.994
Outras diferenças temporárias	14.095	9.731
	272.004	273.001
Passivo não circulante		
Amortização da outorga (curva de demanda)	44.925	43.817
Margem de construção	6.308	6.298
Encargos financeiros	11.971	12.514
Ajuste de adoção inicial (art. 69 Lei nº. 12.973)	60.814	61.535
	124.018	124.164
	31 de março de 2018	31 de dezembro de 2017
Tributos diferidos líquidos		
Tributos diferidos ativos	272.004	273.001
Tributos diferidos passivos	(124.018)	(124.164)
	147.986	148.837

A variação líquida do trimestre findo em 31 de março de 2018 relativa aos impostos diferidos totalizou uma redução de R\$ 851 no saldo.

- (i) A expectativa da Administração da Companhia quanto à realização total dos créditos fiscais constituídos sobre os prejuízos fiscais acumulados, base negativa de contribuição social e o ágio (fundamentado em perspectiva de resultados futuros) reconhecido em função da incorporação de parte do acervo líquido da Controladora anterior (Odebretch TransPort Participações S.A.), a ser amortizado para fins tributários, está prevista para ocorrer da seguinte forma:

Ano	Prejuízo fiscal e base negativa	Banefício fiscal (ágio)	Compensação
			Total
2018	9.423	14.698	24.121
2019	16.296	19.599	35.895
2020	23.151	19.599	42.750
2021	27.786	19.599	47.385
2022	32.786	19.599	52.385
2023 em diante	54.033	-	54.033
	163.475	93.094	256.569

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro tributável que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, e outras variações, não existe uma correlação imediata entre o resultado da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização destes créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

Notas Explicativas

10. Imobilizado

a) Composição

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	31 de março	31 de dezembro
				de 2018	de 2017
					Líquido
Máquinas e equipamentos	20	3.623	(2.578)	1.045	1.180
Móveis e utensílios	5	783	(518)	265	282
Veículos	20	8.296	(3.019)	5.277	5.665
Obras em andamento	-	7	-	7	7
		12.709	(6.115)	6.594	7.134

b) Movimentação

	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Obras em andamento	Total
Custo	3.604	781	8.292	7	12.684
Depreciação acumulada	(2.425)	(498)	(2.627)	-	(5.550)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.179	283	5.665	7	7.134
Adições	19	2	89	-	110
Baixas, líquidas de depreciação	-	-	(14)	-	(14)
Depreciação	(153)	(20)	(463)	-	(636)
Saldo contábil	1.045	265	5.277	7	6.594
Custo	3.623	783	8.296	7	12.709
Depreciação acumulada	(2.578)	(518)	(3.019)	-	(6.115)
Saldo em 31 de março de 2018	1.045	265	5.277	7	6.594

11. Intangível

a) Composição

	Custo	Amortização Acumulada	31 de março	31 de dezembro
			de 2018	de 2017
				Líquido
Intangível em infraestrutura (i)				
Edifícios e instalações	387.305	(54.167)	333.138	336.629
Pavimentações e conservação especial	588.320	(114.904)	473.416	496.704
Hardware equipamentos de pedágio	77.224	(16.193)	61.031	59.045
Demais melhorias e ampliações	395.859	(41.123)	354.736	359.011
Desapropriações	122.740	(14.707)	108.033	109.382
Máquinas e equipamentos	3.448	(813)	2.635	2.662
Móveis e utensílios	2.015	(429)	1.586	1.622
Veículos	912	(178)	734	822
Meio ambiente e elementos de segurança	152.617	(15.649)	136.968	138.759
Obras em andamento	311.363	-	311.363	275.325
	2.041.803	(258.163)	1.783.640	1.779.961
Outros intangíveis (ii)				
Direito de outorga da concessão	1.337.238	(269.648)	1.067.590	1.075.513
Softwares adquiridos de terceiros (*)	2.182	(1.240)	942	946
	1.339.420	(270.888)	1.068.532	1.076.459
	3.381.223	(529.051)	2.852.172	2.856.420

(*) A taxa utilizada para amortização de Softwares adquiridos de terceiros é de 20% a.a.

Notas Explicativas

(i) Intangível – Infraestrutura

Referem-se aos custos dos investimentos em bens reversíveis ao poder concedente, direcionados para a infraestrutura da concessão. A amortização é calculada no modelo de projeção da curva de demanda visando variáveis econômicas para o tráfego nas rodovias sob sua concessão considerando o potencial aumento e (ou) volume de trânsito nas praças de pedágio, às quais estão limitadas ao prazo da concessão, e reconhecida no resultado, periodicamente revisadas.

As adições do trimestre findo em 31 de março de 2018 referem-se à ampliação e melhorias do Corredor Dom Pedro I. O montante do custo está majorado pela margem de construção, conforme orientação contida na Interpretação ICPC 01.

(ii) Outros intangíveis

Direito de outorga corresponde à obtenção de concessão para exploração do Sistema Rodoviário, sendo amortizado pela projeção da curva de demanda limitado ao tempo do contrato.

O contrato de concessão representa um direito de cobrar dos usuários dos serviços públicos, via tarifação, pelo período de tempo por ele estabelecido em cada contrato.

Os *softwares* correspondem aos sistemas operacionais adquiridos pela Companhia e são amortizados pelo método linear alocados ao resultado.

b) Movimentação

	<u>Infraestrutura</u>	<u>Direito de outorga</u>	<u>Software, direitos de uso e outros</u>	<u>Total</u>
Custo	2.002.202	1.337.238	2.182	3.341.622
Amortização acumulada	(222.241)	(261.725)	(1.236)	(485.202)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.779.961	1.075.513	946	2.856.420
Adições	39.378	-	-	39.378
Amortização	(35.699)	(7.923)	(4)	(43.626)
Saldo contábil	1.783.640	1.067.590	942	2.852.172
Custo	2.041.803	1.337.238	2.182	3.381.223
Amortização acumulada	(258.163)	(269.648)	(1.240)	(529.051)
Saldo em 31 de março de 2018	1.783.640	1.067.590	942	2.852.172

Notas Explicativas

12. Fornecedores

	31 de março de 2018	31 de dezembro de 2017
Fornecedores nacionais	145.443	156.255
	145.443	156.255
Passivo circulante	131.390	143.158
Passivo não circulante	14.053	13.097

O saldo refere-se, substancialmente, a contratos com diversos fornecedores e prestadores de serviços, os quais prestam serviços e fornecem materiais para operacionalização dos negócios da Companhia.

13. Empréstimos e debêntures

	Moeda	Encargos financeiros anuais	31 de março de 2018	31 de dezembro de 2017
Empréstimo BNDES (a)	R\$	TJLP + 2,32% / IPCA + 9,60% /	416.595	424.112
Debêntures (b)	R\$	IPCA + 8,66% / IPCA + 8,11%	1.561.468	1.626.575
Custos a amortizar (c)	R\$	IPCA + 9,57%	(25.225)	(26.552)
			1.952.838	2.024.135
(-) Passivo circulante				
Empréstimos BNDES			(97.919)	(94.237)
Debêntures			(107.875)	(166.309)
(-) Passivo circulante			(205.794)	(260.546)
Passivo não circulante				
Empréstimo BNDES			317.759	328.861
Debêntures			1.429.285	1.434.728
Passivo não circulante			1.747.044	1.763.589
			(1.952.838)	(2.024.135)

(a) BNDES

Em 14 de julho de 2010, a Companhia contratou linha de crédito de longo prazo junto ao BNDES no valor de até R\$ 921.503. Desse montante, o equivalente a R\$ 737.189 está sujeito a encargos de TJLP + 2,32% a.a. e o montante de R\$ 184.314 está sujeito a encargos de IPCA + Taxa de Referência + 2,32% a.a. Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia recebeu no acumulado de liberações pelo BNDES no montante de R\$ 654.938 sendo que o saldo remanescente do contrato, R\$ 266.565, não será mais desembolsado pelo BNDES.

No trimestre findo em 31 de março de 2018, a Companhia liquidou parcelas do BNDES no montante de R\$ 18.222, sendo R\$ 13.268 de principal e R\$ 4.953 de juros e correções monetárias.

A amortização é realizada pelo pagamento mensal desde outubro de 2010. Abaixo a composição dos vencimentos finais:

Vencimento	Encargos (% a.a.)	31 de março de 2018	31 de dezembro de 2017
jul/18	TJLP + 2,32%	460	805
abr/21	TJLP + 2,32%	67.169	73.218
mai/22	IPCA + 8,11%	134.205	130.215
mai/22	IPCA + 9,60%	43.017	19.076
mai/22	IPCA + 8,66%	-	22.569
abr/23	TJLP + 2,32%	103.897	108.814
abr/25	TJLP + 2,32%	67.847	69.415
		416.595	424.112

Notas Explicativas

Os recursos provenientes dessa abertura de crédito são destinados à realização de investimentos em ampliação, recuperação e manutenção do Corredor Dom Pedro I.

(b) Debêntures

Em 10 de julho de 2012, foi aprovado pelos debenturistas o 3º aditivo da escritura de debêntures, prolongando o prazo de vencimento para mais 24 meses, passando os vencimentos finais para 15 de janeiro de 2024, para as debêntures de primeira série, e 15 de julho de 2024, para as debêntures de segunda série. Também foram alterados os prazos para pagamento da primeira parcela do valor nominal unitário das debêntures.

Em 15 de janeiro de 2018, a Companhia liquidou a sétima parcela referente a primeira série das debêntures no montante de R\$ 116.272, sendo R\$ 27.500 de principal e R\$ 88.772 de juros e correção monetária.

A composição da operação da escrituração de debêntures em aberto em 31 de março de 2018 está apresentada da seguinte forma:

Liberação	Série	Valor da emissão	Vencimento	Encargos (% a.a.)	31 de março de 2018	31 de dezembro de 2017
junho-10	1ª série	550.000	até janeiro-24	IPCA + 9,57%	749.497	840.807
junho-10	2ª série	550.000	até julho-24	IPCA + 9,57%	811.971	785.768
					1.561.468	1.626.575

O valor nominal unitário atualizado das debêntures da primeira e segunda série será amortizado anualmente, juntamente com a remuneração, conforme apresentado a seguir:

Datas de Amortização da Primeira Série		Datas de Amortização da Segunda Série	
	(i)		(ii)
janeiro de 2018	5,00%	julho de 2018	3,00%
janeiro de 2019	2,50%	julho de 2019	4,00%
janeiro de 2020	5,50%	julho de 2020	9,00%
janeiro de 2021	10,00%	julho de 2021	13,00%
janeiro de 2022	19,00%	julho de 2022	16,00%
janeiro de 2023	21,00%	julho de 2023	19,00%
janeiro de 2024	26,00%	julho de 2024	23,00%

- (i) Percentual do valor nominal unitário das debêntures da primeira série a ser amortizado.
- (ii) Percentual do valor nominal unitário das debêntures da segunda série a ser amortizado.

(c) Custos de captação

Os custos incorridos na captação estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno ("TIR") da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência das operações. A movimentação desses gastos é a seguinte:

	31 de março de 2018		31 de dezembro de 2017	
	Debêntures	BNDES	Total	Total
Saldo no início do período / exercício	25.537	1.015	26.552	31.983
(-) Amortizações	(1.231)	(96)	(1.327)	(5.431)
Saldo no final do período / exercício	24.306	919	25.225	26.552

Notas Explicativas

O montante a apropriar no resultado futuro tem a seguinte composição:

	Debêntures	BNDES	Total
2018	4.926	328	5.254
2019	3.706	195	3.901
2020	4.821	195	5.016
2021	4.383	119	4.502
2022	3.497	56	3.553
2023	2.313	17	2.330
2024 em diante	661	8	669
	24.307	918	25.225

(d) Prazo de vencimento

O montante das operações das debêntures e do BNDES de longo prazo tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

	31 de março de 2018	31 de dezembro de 2017
2019	133.676	129.654
2020	201.545	199.910
2021	260.587	259.624
2022	357.629	357.311
2023	359.006	360.219
2024 em diante	434.602	456.872
	1.747.044	1.763.589

(i) Garantias

As debêntures e o financiamento de longo prazo do BNDES foram concedidos sob a modalidade de “*project finance*” ou financiamento com garantias de projeto, através de garantia compartilhada entre os titulares das debêntures e o BNDES, onde constituem-se como garantias dos credores a cessão fiduciária dos direitos creditórios, a cessão dos direitos emergentes da concessão e o penhor das ações da Companhia.

(ii) Principais compromissos assumidos (“*Covenants*”)

As cláusulas restritivas foram cumpridas em 31 de março de 2018.

14. Saldos e transações com partes relacionadas

a) Composição

Os saldos em 31 de março de 2018, bem como as transações que influenciaram o resultado e os investimentos do trimestre findo em 31 de março de 2018 e o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, respectivamente, relativos a operações com partes relacionadas, estão apresentados a seguir:

	Saldos			Transações			
	Ativo		Passivo	Resultado			
	Adiantamento	Contas a Receber	Fornecedores	Mútuo	Serviços prestados	Benefícios com pessoal	Despesas financeiras
Construtora Norberto Odebrecht S.A. (“CNO”) (ii)	-	-	1	-	225	-	-
Odebrecht Rodovias S.A. (“ODBVias”) (iii)	285	459	141	-	27	-	-
Odebrecht Transport S.A. (“OTP”) (i)	-	-	-	398.185	-	-	10.626
Odebrecht Previdência (“Odeprev”) (iv)	-	-	112	-	-	104	-
Em 31 de março de 2018	285	459	254	398.185	252	104	10.626
Em 31 de dezembro de 2017	285	456	635	387.289	16.792	277	36.764

Notas Explicativas

(i) OTP

	31 de março de 2018	31 de dezembro de 2017
Mútuo OTP (a)	408.169	397.544
Custos de transação (b)	(9.984)	(10.255)
	398.185	387.289

(a) Em 20 de setembro de 2013, a Companhia celebrou contrato de mútuo no valor total de R\$ 300.000 com sua controladora, que será atualizado pela variação da inflação mais juros remuneratórios, em consonância com o praticado no mercado.

Em 31 de março de 2018, a Companhia registrou valor de mútuo com partes relacionadas de R\$ 408.169 (31 de dezembro de 2017 - R\$ 397.544).

(b) Custos de transação pagos na intermediação na contratação do mútuo.

O pagamento dos juros será realizado em parcelas anuais e consecutivas, sendo que a liquidação do valor principal do mútuo, devidamente atualizado, será realizada em uma única parcela em 10 de outubro de 2025.

(ii) CNO

O montante de R\$ 225 refere-se a rateio de despesas de serviços compartilhados (apoio financeiro e tecnologia da informação) prestados pela CNO.

(iii) ODBVias

O montante de R\$ 27 com a ODBVias refere-se à prestação de serviço de gerenciamento de engenharia às obras de ampliação e melhorias do Corredor Dom Pedro I, ao final do exercício o saldo remanescente das contas a pagar foi de R\$ 141. O saldo de R\$ 285 em adiantamento a fornecedores decorre de acordo contratual.

Em 31 de março de 2018, a Companhia apresenta o montante de R\$ 459 a receber da empresa ODBVias, referente ao passivo trabalhista dos integrantes transferidos. O passivo trabalhista é composto substancialmente pelas provisões de férias e encargos sociais.

(iv) Odeprev

Em 31 de março de 2018, a Companhia apresenta o montante de R\$ 104 (31 de dezembro de 2017 - R\$ 277), referente ao plano de previdência complementar.

(v) FIDC

Em 31 de março de 2018, a Companhia apresenta aplicações financeiras no montante de R\$ 43.980, referente a aquisição de 399 cotas subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Fornecedores CRB conforme mencionado na nota 7.

Notas Explicativas

(b) Honorários da administração

A remuneração paga aos administradores estatutários da Companhia nos trimestres findos em 31 de março de 2018 e 2017, totalizou os montantes de R\$ 168 e R\$ 464, respectivamente.

	31 de março de 2018	31 de março de 2017
Salários	128	369
Encargos	26	75
Previdência complementar	9	12
Outros	4	8
	168	464

15. Contingências e provisões para causas judiciais

	31 de março de 2018	31 de dezembro de 2017
Contingências trabalhistas e previdenciárias	715	60
Reclamações cíveis	916	347
Contingências tributárias	873	328
	2.504	735

Os montantes apresentados no quadro acima referem-se às causas com perda provável, baseado na expectativa dos assessores jurídicos da Companhia.

A Companhia também tem ações de naturezas cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda que foram classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, no montante estimado de R\$ 19.942 em 31 de março de 2018 (31 de dezembro de 2017 - R\$ 11.576).

No trimestre findo em 31 de março de 2018, a Companhia apresenta R\$ 1.659 (31 de dezembro de 2017 - R\$ 1.663) na rubrica de depósitos judiciais referente a processos de natureza cível.

16. Provisão para conserva especial

	31 de março de 2018	31 de dezembro de 2017
Provisão de conserva especial	34.264	29.660
	34.264	29.660

Em 31 de março de 2018, a Companhia apresenta o saldo de R\$ 34.624 (31 de dezembro de 2017 - R\$ 29.660) referente a provisão para manutenção e recuperação da infraestrutura. A provisão foi constituída considerando os investimentos previstos no contrato de concessão para o período de 5 anos, descontados a valor presente, com taxas de 10,03% a.a. e apropriados pelo prazo de concessão de 30 anos, sendo constituída também a provisão de manutenção e recuperação para os dois últimos anos previstos no contrato de concessão.

Notas Explicativas

17. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017, o capital social subscrito da Companhia está representado por 556.799.050 ações, sendo 278.399.525 ações ordinárias e 278.399.525 ações preferenciais, com valor nominal de R\$ 1,00 por ação. A Companhia é parte integrante da Organização Odebrecht, sendo controlada diretamente pela ODBVias e indiretamente pela Odebrecht S.A. ("ODB").

18. Receita líquida

	31 de março de 2018	31 de março de 2017
Receita de construção ICPC 01-R1 (i)	39.378	45.254
Receitas em numerário	47.073	43.716
Receitas de AVI ("Automatic Vehicle Identification") (ii)	108.643	102.007
Receitas de vale pedágio (iii)	9.187	7.475
Receitas acessórias	7.536	8.774
Receita de operação	172.439	161.972
Receita total	211.817	207.226
Tributos sobre serviços de operação	(14.993)	(14.482)
	196.824	192.744

- (i) Nos trimestres findos em 31 de março de 2018 e de 2017, a Companhia reconheceu R\$ 39.378 e R\$ 45.254, respectivamente, como receita de obras de infraestrutura, nos termos da interpretação técnica ICPC 01 – Contratos de concessão.

Na apuração do valor justo da sua contraprestação, a Companhia utilizou o custo total incorrido com as obras de infraestrutura, mais 1% de margem, sendo utilizado para se chegar ao valor final o método de cálculo por dentro.

- (ii) Oriundas da captação de sinais através de sensor eletrônico, as receitas por meio de sistema eletrônico de pagamento - AVI são calculadas e registradas através do reconhecimento eletrônico dos veículos cadastrados e faturadas mensalmente para os usuários via empresa especializada.
- (iii) As transações de vale pedágio representam pagamentos efetuados pelos usuários mediante créditos de vale pedágio previamente adquiridos das empresas habilitadas (VISA e DBTRANS).

A cobrança de pedágio é a principal fonte de recursos para obras de manutenção, conservação e modernização da malha viária concedida.

19. Custos dos serviços

	31 de março de 2018	31 de março de 2017
Depreciação e amortização	(44.226)	(20.449)
Salários e encargos	(7.564)	(6.268)
Gastos gerais	(625)	(1.543)
Serviços de terceiros	(6.137)	(7.489)
Seguros	(1.606)	(1.830)
Outorga variável	(2.587)	(2.430)
Provisão para conserva especial	(10.693)	(193)
Materiais	(2.455)	(1.659)
Aluguéis	(594)	(893)
	(76.487)	(42.755)
Custo de construção ICPC 01-R1	(38.984)	(44.802)
	(115.471)	(87.557)

Notas Explicativas

20. Despesas gerais e administrativas	31 de março de 2018	31 de março de 2017
Salários e encargos	(2.617)	(3.293)
Serviços de terceiros	(2.196)	(1.415)
Depreciação e amortização	(36)	-
Materiais e equipamentos	(101)	(43)
Despesa com veículos	(57)	(92)
Taxas de meios de pagamentos eletrônicos	(167)	-
Despesas com viagens	(4)	(14)
Provisão para contingências	(1.769)	-
Gastos gerais	(397)	(612)
	(7.344)	(5.469)

21. Resultado financeiro, líquido

	31 de março de 2018	31 de março de 2017
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos	(8.415)	(5.040)
Juros sobre mútuos	(6.413)	(6.446)
Juros sobre debêntures	(35.122)	(37.232)
Custos de transação	(1.598)	(1.610)
Correção monetária sobre empréstimos, debêntures e mútuo	(22.547)	(29.487)
Juros sobre atraso	(93)	(4)
IOF	(63)	(119)
Ajuste a valor presente	(549)	-
Outras	(508)	(1.316)
	(75.308)	(81.254)
Receitas financeiras		
Receita de aplicações financeiras	6.841	8.760
Outras	12	325
	6.853	9.085
Resultado financeiro, líquido	(68.455)	(72.169)

22. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	31 de março de 2018	31 de março de 2017
Resultado antes dos impostos	5.543	27.556
Imposto de renda (IR) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) às alíquotas nominais (34%)	(1.885)	(9.369)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:	-	-
Adições/Exclusões permanentes, líquidas	148	(6)
Outros	(4)	(23)
Efeito IR e CSLL no resultado	(1.741)	(9.398)
IR e CSLL corrente	(890)	(3.338)
IR e CSLL diferido	(851)	(6.060)
Total de IR e CSLL diferidos	(1.741)	(9.398)

Notas Explicativas

23. Demonstração do fluxo de caixa

- a) Abaixo demonstramos os efeitos de transações que não afetaram o caixa, cujos ajustes foram efetuados na demonstração do fluxo e caixa do trimestre findo em 31 de março. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

	31 de março de 2018	31 de março de 2017
Fornecedores	29.360	(5.013)
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	29.360	(5.013)
Adições de ativo intangível	(29.360)	5.013
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	(29.360)	5.013

24. Seguros

A Companhia mantém seguros de risco de engenharia, riscos operacionais, responsabilidade civil, seguros de veículos e seguros garantia para garantir uma efetiva cobertura de riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as atividades e o pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato de concessão.

Em 31 de março de 2018, a Companhia apresenta as seguintes apólices de seguros contratadas com terceiros:

Modalidade	Cobertura
Seguro de Veículo	(*)
Garantia de Concessões Públicas	224.759
Risco operacional	349.969
Responsabilidade Civil	166.357
Risco de Engenharia	501.072

(*) 100% a 110% da Tabela FIPE.

25. Lucro por ação

Básico

O lucro básico por lote de mil ações é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações emitidas.

	31 de março de 2018	31 de março de 2017
Lucro (prejuízo) do período	3.802	18.158
Quantidade média ponderada de ações (milhares)	556.799	556.799
Lucro (prejuízo) básico por lote de mil ações	6,83	32,61

(a) Diluído

A Companhia não possui dívida conversível em ações ou opções de compra de ações, desta forma, não apresenta ações ordinárias e preferências potenciais para fins de diluição.

26. Eventos subsequentes

Em 16 de abril de 2018, a Companhia liquidou parcelas do BNDES no montante de R\$ 6.128, sendo R\$ 4.428 de principal e R\$ 1.700 de juros e correções monetárias.

* * *

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

A receita líquida da Companhia atingiu o total de R\$ 196.824 mil no primeiro trimestre de 2018, apresentando uma leve queda em relação ao projetado. As principais variações aconteceram nas seguintes rubricas: (i) Receita de Construção, impactada diretamente pela variação dos investimentos em ampliação realizados no período, ficando 12,0% abaixo do previsto; vale ressaltar que nesta rubrica não foi considerado a (ii) Receita de Pedágio, que sofreu uma redução de 5,5%; e (iii) Receita Acessória, com um aumento de R\$ 5.829 mil, fruto de ações da Companhia para recebimento de receitas por Uso da Faixa de Domínio, Passagem de Cargas Especiais, Utilização de Acessos, entre outros.

O investimento em ampliação e manutenção realizado no trimestre findo em 31 de março de 2018 foi de R\$ 45.684 mil, representando um aumento de 3,1% em relação ao projetado.

Fonte das Projeções - Formulário de Referência divulgado em 30/11/2017.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório de revisão do Auditor Independente sobre as Informações Trimestrais (ITR)

Aos:

Administradores e Acionistas da

Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

Itatiba - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária Rota das Bandeiras S.A. (Companhia), contidas no formulário de Informações Trimestrais (ITR), referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) "Demonstração intermediária", assim como pela apresentação destas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Responsabilidade dos auditores independentes

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 "Revisão de informações intermediárias executadas pelo auditor da entidade" e ISRE 2410 "Review of financial information performed by the independent auditor of the entity"). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter uma segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria, portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo como o CPC 21 (R1) aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Ênfase

Operação Lava Jato

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1 às informações contábeis intermediárias, desde 2014 encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal, no contexto da chamada Operação Lava Jato, que investiga, principalmente, práticas relacionadas a corrupção e lavagem de dinheiro, e que envolvem empresas e executivos do Grupo Odebrecht, da qual a Companhia faz parte. Até o presente momento, não há como determinar se a Companhia será afetada pelos resultados das referidas investigações e por quaisquer de seus desdobramentos e suas conseqüências futuras. As demonstrações contábeis intermediárias da Companhia não incluem quaisquer efeitos que possam advir desses assuntos, Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a este assunto.

Outros assuntos

Informação suplementar – Demonstrações do Valor Adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2018, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas demonstrações contábeis intermediárias é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com às demonstrações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 14 de maio de 2018

Nelson Fernandes Barreto Filho

Edinilson Attizani

CT CRC 1SP-151.079/O-0

CT CRC 1SP-293.919/O-7

Grant Thornton Auditores Independentes

CRC 2SP-025.583/O-1

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Não aplicável, em virtude da não instalação do Conselho Fiscal.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, o Diretor-Presidente e os demais Diretores Executivos da Concessionária Rota das Bandeiras S.A ("Concessionária"), sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rodovia Dom Pedro I, Km 110+400 s/n, Sítio da Moenda, Itatiba, inscrita no CNPJ 10.647.979/0001-48, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Grant Thornton Auditores Independentes, relativamente às demonstrações contábeis da Concessionária referente ao período findo em 31 de março de 2018, e

(ii) Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis da Concessionária referente ao período findo em 31 de março de 2018.

Itatiba, 14 de maio de 2018.

Ana Carolina de Carvalho Farias

Augusto Cesar do Nascimento Beber

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, o Diretor-Presidente e os demais Diretores Executivos da Concessionária Rota das Bandeiras S.A ("Concessionária"), sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rodovia Dom Pedro I, Km 110+400 s/n, Sítio da Moenda, Itatiba, inscrita no CNPJ 10.647.979/0001-48, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Grant Thornton Auditores Independentes, relativamente às demonstrações contábeis da Concessionária referente ao período findo em 31 de março de 2018, e

(ii) Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis da Concessionária referente ao período findo em 31 de março de 2018.

Itatiba, 14 de maio de 2018.

Ana Carolina de Carvalho Farias

Augusto Cesar do Nascimento Beber